



ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Registro a ausência do deputado Junior Mochi, que se encontra em agenda com o governador Eduardo Riedel, conforme CI nº 02/2025. Registro a ausência do deputado coronel David, devido a compromissos do mandato, assumidos anteriormente (CI nº 08/2025). **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados. *“Ata da Terceira Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. ” Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo- secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Três da Segunda Sessão Ordinária. Pelo primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 5.248/2024, da presidência da República; Ofícios nºs 2.906 e 2.917/2024, do Ministério da Saúde; Ofício nº 37/2025, do Ministério da Saúde; Ofício nº 1.178/2025, do Ministério da Defesa; Ofício nº 16.219/2025, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Ofício nº 177/2025, do Ministério Planejamento e Orçamento; Ofícios nºs 2 e 112/2025, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Ofício nº 12/2025 do Ministério Público Federal; Ofício nº 3/2025, da Fundação Cultural Palmares; Ofício nº 2.223/2025, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Ofício nº 439/2024, do Poder Executivo; Ofício nº 18.131/2024, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 18.320 e 18.325/2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 2.945/2024, do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 280/2024, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande; Ofícios nºs 86 e 802/2025, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Marcio Fernandes, Gleice Jane, Caravina, Pedrossian Neto, Junior Mochi, Paulo Duarte, João Henrique, Antonio Vaz, Lia Nogueira e Mara Caseiro. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Coronel David, Jamilson Name, Londres Machado e Paulo Corrêa. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Junior Mochi e João Henrique. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 277/2024, de autoria da deputada Lia Nogueira. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimentos de moções de pesar, de autoria do deputado Renato Câmara,*



*endereçadas aos familiares de Zélia Nolasco Freire, Marcia Beatriz Scherck Nogueira, Juliano Burghardt e Niva Nunes Ribeiro; requerimentos de moções de pesar, de autoria do deputado Londres Machado, endereçadas aos familiares de Braz Pereira de Brito; Edom Carlos Gonzales e José Evaldo Oliveira; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada à Comissão Eleitoral do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Mato Grosso do Sul (CEDM), em reconhecimento ao trabalho desempenhado na condução do processo eleitoral para a escolha das representantes da sociedade civil no conselho para o triênio 2025-2027; requerimento, de autoria do deputado Neno Razuk, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia no dia 21 de fevereiro de 2025, às 13:00h, para realização da Audiência Pública sobre a Pesca no Estado de Mato Grosso do Sul; requerimento, de autoria da deputada Mara Caseiro, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia no dia 11 de março de 2025, às 9:00h, para a realização de Sessão Solene de entrega do "Troféu Celina Jallad - Resolução nº 03/2011", em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, que neste ano homenageará as mães atípicas do Estado de Mato Grosso do Sul; requerimentos de informações, de autoria dos deputados Renato Câmara, Gleice Jane, Pedro Kemp e Junior Mochi; indicações, de autoria dos deputados Gleice Jane, Neno Razuk, Renato Câmara, Mara Caseiro, Lucas de Lima, Jamilson Name, Zeca do PT, Pedro Kemp e Marcio Fernandes. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, onze de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco". Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, que proceda à leitura do expediente desta Sessão.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária de 12 de fevereiro de 2025: Ofício nº 5.259/2024, da Presidência da República, respondendo à indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº 3865/2024); Ofício nº 15/2025, do Ministério das Cidades, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 3796/2024); Ofício nº 1.714/2025, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, respondendo à indicação do deputado Junior Mochi (Prot. nº 3842/2024); Ofício nº 112/2025, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3542/2024); Ofício nº 92345/2024, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, respondendo à indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº 1723/2024); Ofício nº 964/2024, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, encaminhando liberação de recursos ao Convênio nº 906335/2020 (357/2020 – Senappen/MJSP), apresentado como "Implantação da Central Integrada de Alternativas Penais nos municípios de Campo Grande e Dourados" (Prot. nº 092/2025); Ofício nº 12/2025, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, comunicando o repasse de recurso do Convênio nº 936503/2022 (Prot. nº 93/2025); Ofício nº 139/2024, da Fundação Nacional de Saúde, encaminhando encerramento com irregularidades – TC/PAC nº 390/2014 – Sistema de Esgotamento Sanitário no município de Juti/MS (Prot. nº 95/2025); Ofício nº 436/2024, do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação da deputada Mara Caseiro (Prot. nº 3936/2024); Ofício nº 0011/2025, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, encaminhando projeto de lei que altera o anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011" – Procedimento de Gestão

Administrativa nº 09.2025.00000676-6; Ofício nº 0003/2025, do deputado federal Vander Loubet, respondendo às indicações dos deputados Zé Texeira, Pedro Kemp, Lia Nogueira e Gleice Jane; Ofícios nºs 316, 417, 18.118, 18.588, 18.592, 19.612, 18.780, 18.905, 18.908, 18.928, 19.545/2024 e 2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Gleice Jane, Zeca do PT, Lidio Lopes, Neno Razuk, Caravina, Mara Caseiro, Junior Mochi, Lia Nogueira, Renato Câmara, Antonio Vaz e Gerson Claro (Prot. nº 3488, 2686/2024); Ofícios nºs 483, 1.503 e 1.881/2024 e 2025, da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Renato Câmara, Lia Nogueira e Neno Razuk (Prot. nº 3517, 3125, 2087/2024); Ofício nº 020/2025, da Santa Casa de Campo Grande, respondendo à moção de aplauso do deputado João Henrique (Prot. nº 4054/2024); Ofício nº 90/2025, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Caravina (Prot. nº 2162/2024); Ofícios nºs 3 e 4/2025, da CCR MS/Via, respondendo às indicações dos deputados Gleice Jane e Junior Mochi (Prot. nº 3824, 3708/2024); Carta nº 02.0051/2025, da Claro Telefonía, respondendo à indicação do deputado Antonio Vaz (Prot. nº 3898/2024). Senhor presidente, conforme sua solicitação, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, eu quero apresentar duas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Ademar Silva Júnior, secretário municipal de Meio Ambiente, Gestão Urbana e Desenvolvimento Econômico, Turístico e Sustentável (Semades), solicitando a notificação dos responsáveis do terreno localizado na rua Japão ao lado do nº 1.135, entre as ruas Ouro Verde e Ouro Branco, Jardim Jockey Club, nesta capital, para que promova a imediata limpeza do local. Conforme imagens anexas, essa é uma propriedade privada onde se encontra instalada uma antena de telefonia celular e a vegetação está bastante alta, chegando ultrapassar os limites do muro, além do acúmulo de folhas secas e lixo na calçada, tornando o local totalmente inutilizável pelos pedestres. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Ademar Silva Júnior, secretário da Semades, solicitando a limpeza da calçada e remoção do mato e entulhos, em frente do imóvel localizado na rua Padre João Crippa, nº 499, em Campo Grande. Conforme informado, a área possui circulação de muitos trabalhadores das clínicas médicas e do Hemosul, que reclamam pelo fato de que o passeio público apresenta acúmulo de entulhos, lixo e mato, na frente do imóvel abandonado, nº 499. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, quero cumprimentar os pescadores esportivos, os influencers, as pessoas que militam na causa

da preservação ambiental, e dizer que é com muito respeito e carinho que esta Casa os recebe. Nós estamos avançando e não podemos aceitar nenhum tipo de acordo que apenas prorrogue a questão do dourado, porque chegou a hora de enfrentar a questão, e implementar transporte zero no Mato Grosso do Sul. Nós temos a lei do deputado Neno Razuk, mas é uma questão de inteligência e bom senso, e também uma atribuição pesada e honrosa pela frente, já que a nossa bacia é a mesma do Estado de Mato Grosso. Será que o Estado ou aqueles que estão militando contra podem imaginar o que nós vamos passar se fizermos um muro de um estado para o outro, dentro do rio, e estabelecer regras diferentes? A regra que está vigente lá tem que ser idêntica aqui ou muito parecida, a ponto de adaptar alguma questão local, dar mais prazo, mas tudo isso vai ser enrolação e enganação. Esse é um jogo que eu não vou aceitar fazer, vou defender a aprovação dessa lei por completo e anunciar a propositura, nesta Casa, de um projeto muito interessante. Nós temos o Seguro Defeso que basicamente é uma maneira de escravizar, nessas colônias, aqueles que trabalham como pescadores profissionais e que na época da piracema aguardam esse respiro, esse alívio. Então, ouvindo as pessoas que entendem do assunto, nós estamos propondo um projeto, a criação de um programa que vai pagar, e ao estado vai custar basicamente nada, a mesma coisa que se paga do seguro-defeso para a pessoa ser escravizada como pescador profissional, para que ela possa migrar para a plataforma moderna e se tornar um guia, recebendo o mesmo valor, na mesma época. O pescador vai ganhar muito mais como guia, e na época que ele precisar, terá a mesma garantia. Eu quero ver quantos pescadores profissionais sobram se a gente implementar esse programa. Nós vamos fazer isso em respeito a vocês que são autoridades no assunto. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito aos deputados que usam Pequeno Expediente para fazer indicações, requerimentos, deixando os discursos para o momento oportuno. Vamos cumprir o Regimento. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicano) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Correa Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópias ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, a o senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de MS – Agesul, solicitando que seja realizada a manutenção da rodovia MS-276, rodovia José Xavier Prates, no município de Anaurilândia. A proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar pelo vereador Roney Adriano. O pavimento da MS-276 encontra-se em deterioração com inúmeros desníveis e fissuras, dificultando o tráfego e aumentando o risco de acidentes para os motoristas que utilizam essa vida diariamente. Esse trecho da MS-276 é uma rota essencial para o transporte de pessoas mercadorias e produção agropecuária. A precariedade da estrada impacta negativamente o escoamento da produção local, afetando diretamente a economia da região. A falta de manutenção compromete a segurança de veículos e de pedestres,

agravando o risco de acidentes especialmente para transportadores de cargas e trabalhadores que dependem dessa rodovia para deslocamentos frequentes. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Correa Riedel, com cópias ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário do Estado de Justiça e Segurança Pública, e ao senhor Renato dos Anjos Garnes, solicitando medidas a fim de abrir mais um posto policial em Aquidauana. A proposta da visa atender as solicitações encaminhadas diretamente ao meu gabinete parlamentar pelo senhor Wagner Romero. Essa solicitação visa atender, de forma mais eficaz, a crescente demanda por segurança pública nos bairros Vila Pinheiro, Vila Chapecoense, Jardim Aeroporto 1 e 2, Arara-azul, Aldeia Urbana Chico Lipo e áreas rurais do Morrinho e Três Barras, regiões que fazem parte de uma grande parcela da população de Aquidauana. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Assumo a presidência e convido o deputado Gerson Claro para fazer a apresentação do seu expediente.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Bom dia mais uma vez, senhoras e senhores. Obrigado, deputado presidente Renato. Aproveito para fazer uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística (Seilog), solicitando a pavimentação asfáltica do trecho que liga a sede da Usina Alcoolvale à BR-158, em Aparecida do Taboado. Nós trazemos a justificativa em função da ampliação da Alcoolvale e da produção na região. Esse é um trecho de, aproximadamente, treze quilômetros, que inclusive já foi visitado pelo governador. Estivemos lá com a comunidade e ficou constatado que nesse ritmo de investimento da indústria, no Estado de Mato Grosso do Sul, essa é uma rodovia que merece investimento. Era isso, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, presidente, integrantes da Mesa, colegas parlamentares, público nos acompanha neste Plenário, e também pela TV e Rádio ALEMS. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, governador de Mato Grosso do Sul; ao senhor Marçal Filho, prefeito de Dourados; ao senhor Ricardo Wave Nascimento Costa, secretário especial de Saúde Indígena (Sesai), solicitando que seja construída uma base para funcionamento e operação do Samu Indígena na reserva de Dourados, uma demanda pela qual aquela comunidade tanto vem lutando. Essa solicitação foi encaminhada ao meu gabinete pelo vereador Franklin Schumas da Rosa, de Dourados, informando que em abril de 2024 o Governo Federal enviou uma ambulância para implementação do programa Samu Indígena que até agora não está funcionando em razão da ausência de uma base de operação do Samu. Vale lembrar



que a reserva de Dourados é a maior reserva urbana indígena do Brasil, com mais de vinte mil indígenas das etnias Guarani-Kaiowá e Terena, Segundo o relato do parlamentar, o veículo está guardado aqui em Campo Grande, aguardando a implementação dessa base operacional. Sendo assim, estamos encaminhando essa indicação solicitando uma comunhão de esforços entre o Governo do Estado, a prefeitura e a Secretaria de Saúde Indígena, para que seja concluído esse programa, a população possa ser beneficiada e os recursos públicos possam ser preservados. Aproveito para destacar a primeira reunião da comissão em apoio às mães atípicas de Campo Grande, com a presença das deputadas Gleice Jane, Mara Caseiro, deputado professor Rinaldo, comissão essa criada pelo deputado Pedrossian Neto, da qual também faço parte, não só como parlamentar, mas também como mãe atípica que sou. Nesta reunião, que com certeza a primeira de uma série, nós fizemos vários encaminhamentos e um desses é a apresentação de um projeto de lei que é de suma importância no âmbito de Mato Grosso do Sul, para que sejam aceitos laudos da rede pública e privada para fins de concessão de benefícios para as famílias atípicas de Mato Grosso do Sul. Atualmente, nós temos uma série de benefícios que ao invés de serem facilitados, criam entraves, e um desses é a própria lei do IPVA, de minha autoria, de 60% de desconto no valor do IPVA para as famílias atípicas que não tiveram direito a esse benefício. Na verdade, quando a gente fala de política pública de concessão de benefício para quem está lá na ponta, para a população em situação de vulnerabilidade, como as mães atípicas de Mato Grosso do Sul, nós temos que facilitar, desburocratizar, e não engessar. É por isso que daqui a pouco, no Grande Expediente, vou falar sobre esse projeto de lei que eu tenho certeza que será um acalento, um acolhimento para essas famílias. É isso, presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) - Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) - Senhor presidente, quero apresentar uma moção que com certeza contribui para que este país, cada vez mais, tenha a dimensão da importância que, na atual conjuntura, cumpre no âmbito internacional. Refiro-me a isso, senhor presidente, para anunciar a manchete das principais redes de imprensa do Brasil e do mundo que ontem noticiou, em Roma, a eleição do ministro Wellington Dias para presidente mundial do Conselho da Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza. Ele é originário do movimento sindical dos bancários do Piauí, funcionário da Caixa Econômica Federal, assim como eu, na época, militante do Sindicato dos Bancários como funcionário do Banco do Brasil. Trago para a avaliação desta Casa uma moção de aplauso redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul, legítima representante dos pensamentos e anseios da sociedade sul-mato-grossense, por iniciativa do deputado Zeca do PT, do deputado Pedro Kemp, da deputada Gleice Jane e da bancada do Partido dos Trabalhadores, consigna seus aplausos ao ministro de Estado de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome do Brasil, senhor José Wellington Barroso de Araújo Dias, por sua eleição para o cargo de presidente do Conselho Conselho da Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, ocorrida ontem, na sede do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, em Roma, na Itália. O Conselho da Aliança



Global Contra a Fome e a Pobreza é composto por representantes de vários países, instituições financeiras e organizações internacionais, e reúne líderes globais para impulsionar parcerias concretas e ações estratégicas na implementação de programas relacionados à segurança alimentar e ao combate à pobreza ao redor do planeta. Cabe ressaltar que, segundo o relatório das Nações Unidas divulgado em 2024, desde o ano de 2023, coincidentemente período da posse do nosso querido companheiro Luiz Inácio Lula da Silva como presidente do Brasil, cerca de quinze milhões de pessoas deixaram de passar fome no Brasil, uma diminuição de 85% na insegurança alimentar no país, o que demonstra como vem sendo brilhante a gestão do ministro Wellington Dias à frente do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. O governo Lula retomou importantes programas, promovendo a alimentação adequada e saudável nas escolas, o Brasil sem Fome, o Bolsa Família, o programa de aquisição de alimentos da Agricultura Familiar que se estende aos inúmeros municípios deste estado, fundamental para alicerçar o direito à alimentação digna aos segmentos mais empobrecidos da nossa sociedade, demonstrando assim a importância da eleição do ministro Wellington Dias para a presidência do Conselho Mundial de Combate à Fome e à Pobreza. Dessa forma ele poderá levar para o mundo os programas implantados de maneira exemplar no Brasil, visando à promoção da inclusão econômica e social, bem como a erradicação da fome. Espero apoio dos pares desta Casa na aprovação desta merecida moção de aplauso. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Guilherme Alcântara, bem como o diretor-presidente da Agesul, Mauro Azambuja Rondon, solicitando a viabilização da pavimentação asfáltica da MS-195, no trecho conhecido como "Estrada da Ingazeira", que vai da sua intersecção na BR-267 até a sede da Colônia Ingazeira, no município de Porto Murtinho; a viabilização da pavimentação asfáltica do trecho de doze quilômetros da estrada que interliga a rodovia MS-295 até a sede da Aldeia Paraguassu, localizada no município de Paranhos. Por último, senhor presidente, uma moção de aplauso encaminhada ao ministro do Desenvolvimento Rural, senhor Paulo Teixeira, reconhecendo o seu papel na articulação do Governo Federal, que ontem lançou o programa "Desenrola Rural", com descontos de até 96% para os agricultores endividados da Agricultura Familiar, junto às instituições financeiras. Vale registrar que este país é costumeiro e vezeiro no incentivo, na renegociação, na anistia aos grandes produtores rurais, ao latifúndio. Pela primeira vez este país, através do governo do PT, ousa, Pedro Kemp, dar oportunidade aos pequenos agricultores com a renegociação das suas dívidas. As modalidades de desconto vão até 96% para os produtores da Agricultura Familiar, aos programas habitacionais e reforma habitacional. No apoio inicial à Agricultura Familiar, rebate de 90%; fomento mulher, rebate de 80%. O pagamento deverá ser feito em até trinta dias depois, com um detalhe importante: o programa também permite que as instituições financeiras contratem operações de crédito rural a beneficiários do programa, mesmo àqueles com restrições de cadastro privado. Estou falando isso porque vou encaminhar à Superintendência do Banco do Brasil deste estado, que repetidas vezes tem negado financiamento ao agricultor familiar, ao assentado da Reforma Agrária, aos pequenos proprietários, com a justificativa de que estão irregulares. Os grandes entram na sala,



tomam café, ficam no ambiente com ar-condicionado, e os pequenos agora vão ter que ser respeitados. Portanto, senhor presidente, ficam aqui as duas moções, uma ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, pelo "Desenrola Rural", e outra ao meu grande amigo Wellington Dias, com quem fui governador junto, ele lá no Piauí e eu aqui. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu ouvi atentamente a intervenção do deputado João Henrique, e recebi hoje cedo, no meu gabinete, o presidente da Federação das Colônias de Pescadores, Pedro Jovem. Entendo as legítimas ponderações que ele faz, não contra o seu projeto, meu querido Neno Razuk, mas da necessidade de ampliar o debate acerca de uma lei geral para pesca. Não se pode impor por vontade de alguns a restrição à pesca. A minha família é proprietária de uma pousada lá na Foz do Apa, e nós somos absolutamente favoráveis que os pequenos, os pescadores profissionais, tenham direito à vida. Eu liguei para o governador, não consegui falar, mas deixei a mensagem de que eu quero que ele interceda como homem democrata republicano, para que o projeto pelo menos se assegure e abra através do Compesca um grande debate com as colônias, com os empresários da área da pesca esportiva, mas também com aqueles que defendem a pesca amadora. Essa é minha posição e vou até o último momento para garantir que todos os segmentos, não somente alguns, ou um, sejam ouvidos nesse processo. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, demais colegas parlamentares, assistentes, público presente, todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita do município de Campo Grande, Adriane Barbosa Nogueira Lopes, solicitando providências no sentido de promover a retomada das obras do corredor de ônibus da avenida Gunter Hans, iniciado em 2020, suspensa em 2021, garantindo sua conclusão ou, alternativamente, a remoção das estruturas inacabadas. Faço esse apelo diante dos riscos à segurança pública e dos prejuízos à população local, impactos para motoristas, motociclistas, pedestres e comerciantes. Esse é um pedido dos moradores da região que enviaram fotos do local, mostrando que a obra está paralisada há muito tempo, causando risco de acidente. Eu trago hoje um projeto de lei que dispõe sobre a denominação oficial de "Vale da Celulose" o conjunto de municípios impulsionados pela cadeia produtiva da celulose, e dá outras providências. Artigo 1º - Fica oficialmente denominado "Vale da Celulose" o conjunto de municípios que se destacam como polos de desenvolvimento econômico, logístico e social impulsionados pela cadeia produtiva da celulose, por investimentos estratégicos, infraestrutura e geração de empregos. Artigo 2º - O Vale da Celulose abrange hoje os



municípios de Água Clara, Aparecida do Taboado, Bataguassu, Brasilândia, Inocência, Nova Alvorada do Sul, Paranaíba, Nova Alvorada do Sul, Paranaíba, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo, Selvíria e Três Lagoas. Parágrafo Único - A composição do Vale da Celulose poderá ser ampliada para incluir outros municípios que por sua relevância econômica, industrial e logística venham se integrar à cadeia produtiva da celulose e contribuir significativamente para o desenvolvimento regional. Artigo 3º - A denominação Vale da Celulose poderá ser utilizada pelo Estado de Mato Grosso do Sul e pelos municípios que a integram em todos os documentos oficiais, sinalizações, publicidade e comunicações institucionais. Artigo 4º - O Poder Executivo dos municípios integrantes poderão promover ações de divulgação da denominação "Vale da Celulose", ressaltando sua importância para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do estado de Mato Grosso do Sul. Artigo 5º - O Poder Executivo poderá implementar, em conjunto com os municípios que integram o Vale da Celulose, políticas públicas e programas de desenvolvimento sustentável com o intuito de promover o investimento em qualificação profissional para atender as demandas do setor produtivo e fortalecer o mercado de trabalho, além do estímulo à integração logística entre os municípios integrantes. Nós sabemos, deputado Paulo Corrêa, o impacto positivo que as indústrias de celulose vêm trazendo ao estado de Mato Grosso do Sul, que hoje é referência nesse ramo em nível mundial. Esses municípios estão sendo impactados diretamente com a geração de emprego e renda, e a criação desse Vale vai dar mais visibilidade aos municípios, influenciando positivamente as políticas públicas voltadas a esse modelo de industrialização que vem ocorrendo no Mato Grosso do Sul. O Vale da Celulose é uma marca que vai poder ser utilizada em favor desses municípios e o projeto de lei também permite que outros municípios venham receber investimentos. Nós estamos verificando a possibilidade de instalação de duas novas fábricas da empresa Bracell, tanto na região de Água Clara como em Bataguassu, além das já existentes em Três Lagoas, a Suzano, a Eldorado, e a Arauco, em Inocência. Portanto, a região que engloba esses onze municípios vem crescendo e essa marca vai trazer ainda mais visibilidade. O deputado Paulo Corrêa já declarou apoio para assinar o projeto de lei, e eu peço o apoio dos demais pares para que a gente o aprove para que esses municípios possam utilizar essa marca importante que vai, com certeza, fortalecer ainda mais essa atividade no Mato Grosso do Sul. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, quinta-feira eu reiniciei minhas atividades no interior, pernoitei em Costa Rica, me reuni com os companheiros e os movimentos sociais da região, fui à Cassilândia, Aparecida do Taboado, Três Lagoas, e o que eu percebi, deputado Caravina, é que as nascentes de água, os córregos da região do Bolsão, tomados pelo plantio de eucalipto estão secando. Vale lembrar que eu não sou contra o projeto das grandes indústrias produtoras de celulose, até porque a primeira indústria de papel e celulose no Mato Grosso do Sul, a Internacional Paper, fui eu, como governador, na época, que busquei na Carolina do Sul com o apoio do presidente Lula. Então eu solicitei ao deputado Renato Câmara, que é presidente da Comissão de Meio



Ambiente, a promoção de um debate através da comissão, nesta Casa, para a gente ouvir os setores e saber se o fato de secar as nascentes e os córregos tem a ver com o plantio de eucalipto. Portanto, eu deixo aqui, deputado Caravina, a minha sugestão de um grande debate nesta Casa. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Deputado Zeca, nós vamos construir esse debate para trazer luz a esse fato que está acontecendo em toda região norte, que não é diferente em todo o estado de Mato Grosso do Sul. Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka. Por inversão, com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Antes, porém, quero agradecer a presença do representante da Associação Corumbaense das Empresas Regionais de Turismo, Ademilson Esquivel; do representante dos pescadores de Rio Brilhante, Marcos Antônio de Deus; do representante da Associação dos Pescadores Esportivos do Pantanal, Luiz Felipe Miller.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Bom dia, senhor presidente, deputados, deputadas, a todos os presentes, e aos meus conterrâneos de Corumbá que representam o setor da pesca de turismo. Esse projeto trata da obrigação desses edifícios providenciarem elevadores que tenham condição de adentrar macas para atender adequadamente o morador que porventura venha sofrer um mal súbito. É claro que o projeto no seu último artigo deixa muito claro que o disposto nesse projeto só se aplica nas obras planejadas e elaboradas após a aprovação da lei, e não para edifícios já existentes. Portanto, qualquer prédio que for construído a partir da publicação dessa lei tem que, necessariamente, ter um elevador que comporte a colocação de macas para atender pessoas que efetivamente precisam ser socorridas, principalmente pelo Samu. Esse é um projeto que foi sugerido por um médico, amigo meu, que trabalha no Samu, que já se deparou com situações de pessoas que morreram por não terem condição de entrar no elevador em cima de uma maca. Ressalto, portanto, que o projeto só se aplica a prédios construídos a partir da publicação dessa lei, caso ela seja aprovada nesta Casa. Era isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, deputados, deputadas, senhoras e senhores, aos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. Tenho aqui um projeto de lei que acrescenta o inciso VII ao artigo 1º da Lei Estadual nº 2661, de 6 de agosto de 2003. Inciso VII. Pneus inservíveis. Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Justificativa: a inclusão dos pneumáticos inservíveis na política estadual de reciclagem de materiais, conforme proposta em análise, se faz necessária devido ao impacto ambiental significativo gerado pelo descarte inadequado desses resíduos. Pneus descartados irregularmente contribuem para a proliferação de vetores de doenças como um mosquito *Aedes Aegypti*,

além de representarem um risco à poluição do solo e da água, quando queimados ou acumulados em aterros sanitários. Era isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Ainda no Pequeno Expediente, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique Catan.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, sobre as picaretagens que acontecem dentro da Cassems, eu vou continuar denunciando neste semestre com algumas provas ainda mais contundentes. O que está acontecendo neste momento é uma ilegalidade, uma desumanidade sem precedentes. Eu vou ler a denúncia que estou fazendo ao Ministério Público do Trabalho, ajuizando imediatamente uma ação contra esse senhor, porque há mais de anos todos os funcionários, servidores da Cassems, deputado Roberto Hashioka, não contribuem com o plano. Então isso fica incorporado, segundo as leis trabalhistas, como vencimento, como abono salarial, isso está na lei. Todos nós sabemos o que é CLT e da importância de um auxílio, do que integra o seu vencimento, deputado Pedro Kemp, deputada Gleice. Então, eu peço vênias aqui para denunciar ao Ministério Público do Trabalho, para que imediatamente suspenda o desconto do plano de saúde do salário desses servidores. Está anunciado que foi feito um acordo assinado em 2023 e tem pessoas com dez, quinze, até trinta anos de casa que não contribuíram porque isso sempre foi fornecido como complemento e abono salarial. Então peço vênias, senhor presidente, para ler o artigo 458 da CLT. Vossas Excelências sabem que o artigo 7º determina a irredutibilidade de vencimento de salário. Então, uma vez que o 458 diz que incorpora-se, além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário para todos os efeitos legais, alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações, in natura, que a empresa, por força do contrato, do costume, forneça habitualmente ao empregado. Em caso algum, senhor Ricardo Ayache, será permitido esse desconto. Para efeitos previstos neste artigo, não serão considerados como salários concedidos pelo empregador, e aí vêm os parágrafos 3º, 4º e 5º. O valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico, próprio ou não, inclusive reembolso de despesas com medicamentos, óculos, aparelhos ortopédicos, próteses, ortos, despesas médicas, hospitalares e outros similares, mesmo quando concedidos em diferentes modalidades de planos e coberturas, não integram o salário do empregado para qualquer efeito de salário para contribuição. Então, assim, a gente tem todas as previsões aqui. Está feita a denúncia, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Esse discurso seria importante no Grande Expediente, para que os demais deputados participassem e tirassem suas dúvidas.



DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Presidente, só para solicitar a obediência da lista de inscritos no Pequeno Expediente, senão acaba o tempo e nós não vamos fazer as nossas leituras porque estão fazendo discurso na tribuna no momento inoportuno.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Foi pedido pela ordem, nobre deputado, e eu não sabia qual seria o tema do debate. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares, àqueles que fazem parte da cadeia produtiva da pesca no Estado de Mato Grosso do Sul, que são os pescadores amadores, profissionais e esportivos. Eu tenho um projeto de lei e algumas indicações, senhor presidente. Projeto de lei que institui a política estadual de proteção e atenção às mães atípicas e cria da Semana Estadual das Mães Atípicas. Antes de ler o projeto, gostaria que a comissão que foi constituída, ainda provisória, assinem comigo. Ontem tivemos uma reunião bastante produtiva com o deputado Pedrossian Neto, deputada Gleice, deputada Lia Nogueira e o deputado Rinaldo, e ouvimos as queixas e as dificuldades que essas mães atípicas têm passado no estado. Acho muito importante dar visibilidade a essas pessoas, instituindo políticas públicas que venham atender essas mulheres que dedicam a sua vida a seus filhos. Artigo primeiro. A Política Estadual de Proteção e Atenção às Mães Atípicas tem por objetivo promover assistência psicológica, psiquiátrica e inclusão social às mães de pessoas com deficiência, com foco especial àquelas que são de baixa renda, combatendo a invisibilidade e o estigma enfrentado no cuidado de pessoas com deficiência. A Semana Estadual das Mães Atípicas será realizada, anualmente, na primeira semana do mês de setembro. Parágrafo único - Para os efeitos desta lei considera-se mãe atípica a mulher e/ou cuidadora responsável pela criação de filhos que necessitam de cuidados específicos para pessoas com deficiência, síndromes, transtornos, doenças raras, transtorno de déficit de atenção com hiperatividade, transtorno de espectro autista, atrofia muscular espinhal (Ame), dislexia, entre outros. A política estadual instituída por esta lei atenderá especialmente as seguintes diretrizes: estimular a realização de campanhas de conscientização da população sobre a importância do apoio às mães atípicas; estimular a capacitação e formação continuada de profissionais das áreas de saúde, assistência social e educação para o atendimento de mães atípicas; incentivar a criação de grupos de apoio, presenciais e virtuais, que ofereçam acolhimento às mães atípicas e suas famílias; estimular a celebração de parcerias ou convênios com universidades e instituições de pesquisa para promover estudos e pesquisa sobre a saúde mental das mães atípicas e os impactos do cuidado de pessoas com deficiência em sua qualidade de vida, órgãos públicos e organização da sociedade civil para alcançar os fins previstos nesta lei. Artigo 3º - Esta lei tem por objetivo incentivar a promoção de políticas

públicas de proteção às mães atípicas, estimular a realização de encontros, seminários, conferências e fóruns de debate com temas de relevância social que tenham como foco central a maternidade atípica; realizar encontros e debates para esclarecer, divulgar, instruí-las de forma que seja permitido o exercício de seus direitos e o direito de seus filhos; incentivar a realização de concursos, oficinas temáticas, cursos e afins, que promovam a mãe atípica. Artigo 4º - A Semana Estadual das Mães Atípicas fica instituída no Calendário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul. Artigo 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Ontem tive uma reunião bastante impactante, que mexeu com o meu emocional. Ouvimos as dificuldades que essas mulheres passam, principalmente para conseguir esses insumos, sondas, fraldas e etc.. Estão sendo entregues fraldas de péssima qualidade, que não atendem essas crianças e as pessoas com deficiência. Nós queremos dar visibilidade e defender os direitos dessas mães que têm os filhos com deficiência, acho muito importante discutirmos isso. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, ao secretário de Estado de Administração, Frederico Felini, e ao secretário de Estado de Segurança Pública, senhor Antônio Carlos Videira, solicitando que o concurso público de provas e títulos para provimento em cargo da categoria funcional de agente de Polícia Judiciária, nas funções de escrivão e investigador do quadro pessoal da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, inclua a previsão de vagas para o cargo de perito odontologista, dentro da carreira de perito oficial forense, no estado de Mato Grosso do Sul, para o atendimento no Instituto Médico Legal. Existe a previsão do legista odontólogo, mas não foi criada a vaga para odontologista. O Caravina já fez o pedido para colocar também mais vagas para os peritos papiloscopistas, já que existe essa necessidade. Esse pedido já tinha sido acordado junto ao governo e hoje venho reiterá-lo para fazer justiça a esse segmento. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Educação, Hélio Queiroz Daher, solicitando que sejam destinados e instalados cinco aparelhos de ar-condicionado de 24.000 BTUs, na Escola Estadual Kendi Nakai, no município de Paraíso das Águas. Esse é um pedido feito pela diretoria da escola e também pelo vereador Leonardo, porque algumas salas estão sendo ampliadas e não podem ficar sem ar-condicionado, visto que é uma necessidade para dar conforto e condições aos alunos e professores. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador, senhor Eduardo Riedel, ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística e ao diretor-presidente da Fundesporte, doutor Paulo Ricardo Martins Nunes, solicitando a implantação de academias ao ar livre, no município de Iguatemi. Esse é um pedido formulado pela vereadora Rosicléia da Silva Capriolli. Era o que tinha, senhor presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares, àqueles que nos honram com sua presença neste Plenário e a quem nos assiste



através da TV Assembleia. Senhor presidente, quero apresentar duas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando a realização de estudos técnicos visando a execução de serviço de manutenção asfáltica, bem como de pintura de sinalização horizontal e vertical nos trechos da rodovia MS-134, entre os municípios de Nova Andradina e Batayporã. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Infraestrutura, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul (Detran), senhor Rudel Espíndola Trindade Júnior, solicitando a realização de estudos para viabilização da instalação de um bebedouro na sede da agência de trânsito de Rio Brillhante. Por fim, em união de propósito com os deputados que esta subscrevem, buscando defender os assuntos relacionados à garantia da universalização dos direitos sociais, da prevenção e proteção social de política intermediária, por intermédio do presente expediente, venho comunicar à Mesa Diretora desta Casa de Leis que, a partir desta data, está instituída a Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, buscando uma atuação unificada em função de interesses comuns, independentemente do partido político a que pertençam. Segundo, os deputados que subscrevem, em união aos propósitos e em busca de defesa dos direitos, vêm comunicar à Mesa Diretora desta augusta Casa de Legislativa que, a partir desta data, está instituída a Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social, buscando uma atuação unificada em função dos interesses comuns, independentemente do partido político a que pertencem. Senhor presidente, essas duas frentes têm uma bandeira nacional, inclusive pela Unale, nós conseguimos levar para todas as Casas Legislativas do Estado a possibilidade de formar a Frente Parlamentar de Assistência Social da Criança e do Adolescente. Muito obrigado. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Senhor presidente, fico feliz que esta Casa tenha feito uma reunião com as mães atípicas, buscando criar, através de um projeto de lei, algo que tenha a mão amiga do Estado, no Mato Grosso do Sul, porque esse programa de fralda e leite não existe no governo e tudo que o município faz é através de decisão judicial, gerando para o município de Campo Grande um gasto de quarenta e dois milhões de reais da Fonte 01. O processo existe, inclusive no momento da campanha eleitoral a discussão foi muito afluída, e a gente sabia naquele momento que não seria fácil tocar, administrar tudo isso. Às vezes a mãe chega para retirar o leite para o seu bebê, mas ela não gosta do sabor A, ou a criança não consegue se adaptar ao sabor B, o que é natural, porque as crianças têm que se adaptar ao sabor. Ocorre que muitas vezes vem a decisão judicial dizendo que tem que comprar da marca A ou B de fralda. Diante disso o município teve que fazer um estudo, licitar, e agora está chegando todo o material para atender. De

qualquer forma, com essa parceria do Estado, temos certeza que vai ajudar e muito nesse sentido. Parabéns pela iniciativa desta Casa de envolver o Estado para que o município não arque sozinho com essa conta.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Quero agradecer a presença do vereador Emerson Oliveira Grison, do município de Sonora; do vereador do município de Jardim, Alexandre Pitangueiras; do vereador de Aral Moreira, Fabrício Franco Marques; da presidente da Associação Nacional do Protea, Naina Dibo; do Bruno Giroto, representando os pescadores de Mato Grosso do Sul. Quero ler o meu expediente rapidamente, com fundamento no dispositivo no artigo 160. Solicito a reserva do Plenário deputado Júlio Maia, no dia 21 de março de 2025, para a realização do VI Seminário Estadual da Água, pela Frente Parlamentar de Recursos Hídricos, a qual presido, para tratar do assunto da drenagem e dragagem do rio Paraguai para utilização e ampliação do transporte fluvial. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao ministro de Estado de Agricultura e Pecuária, senhor Carlos Henrique Favaro, à ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, senhora Marina Silva, ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, e ao secretário de Estado de Meio Ambiente, solicitando que seja realizado, com a devida urgência, a averiguação de detalhes criminosas sobre a morte de tamanduás-bandeira contaminados na última semana por agrotóxicos, no estado de Mato Grosso do Sul, assunto inclusive de repercussão internacional. Era o que eu tinha. Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado João Henrique: um requerimento (Prot. nº 00147/2025); um projeto de lei (Prot. nº 00158/2025). De autoria do deputado João César Mattogrosso: uma indicação (Prot. nº 00167/2025). De autoria do deputado Junior Mochi: quatro indicações (Prot. nºs 00143/2025, 00142/2025, 00140/2025, 00138/2025); um requerimento (Prot. nºs 00141/2025, 00139/2025); um projeto de lei (Prot. nº 0144/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: três indicações (Prot. nºs 0134/2025, 00135/2025, 00136/2025); um requerimento (Prot. nº 00137/2025); um projeto de lei (Prot. nº 00166/2025). De autoria do deputado Lidio Lopes: dois requerimentos (Prot. nºs 00161/2025, 00160/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: quatro indicações (Prot. nºs 00165/2025, 00164/2025, 00163/2025, 00162/2025). De autoria do deputado Pedrossian Neto: um requerimento (Prot. nº 00152/2025). De autoria do deputado Professor Rinaldo: duas indicações (Prot. nºs 00148/2025, 00149/2025). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma moção de pesar (Prot. nº 00155/2025); uma projeto de lei (Prot. nº 00154/2025). De autoria do deputado Roberto Hashioka: um projeto de lei (Prot. nº 00153/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: duas indicações (Prot. nºs 00151/2025, 00150/2025). De autoria do deputado do Zeca do PT: duas indicações (Prot. nºs 0157/2025, 00156/2025).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, no Grande Expediente, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — sem revisão do orador — Presidente, tenho três registros rápidos, e como sou o primeiro inscrito no Grande Expediente, estou transferindo o restante do meu tempo para o querido companheiro Neno Razuk, que posteriormente irá dividi-lo com o deputado Zé Teixeira. Quero registrar que na segunda-

feira eu participei, juntamente com a bancada do PT estadual, deputados Pedro Kemp e Gleice Jane, e a bancada federal, deputados Vander Loubet e Camila Jara, de uma reunião com o governador do estado para tratarmos dos mais diversos assuntos de interesse do estado. Na oportunidade, o governador se comprometeu a agilizar o envio do projeto de certificação para Agricultura Familiar, o Selo Verde, para que nunca mais o lagro pegue a produção dos pequenos agricultores e jogue no lixo. Gostaria de encaminhar para esta Casa o projeto do fundo de aval, pelo qual o governador tem enorme simpatia, que resolve o problema da relação da Agricultura Familiar com os bancos com relação ao financiamento do Pronaf. Portanto, o projeto de certificação e o projeto do fundo de aval têm tudo a ver com o projeto lançado pelo governo, o Desenrola Rural, que vai acabar com a dívida dos pequenos agricultores, para eles poderem alicerçar o novo momento para Agricultura Familiar. E, por último, vou ler no Plenário, se possível amanhã, um ofício do meu gabinete encaminhado ao superintendente do Banco do Brasil, ao superintendente da Caixa e ao superintendente das cooperativas, lembrando o dever de se cumprir a determinação da lei que cria o Desenrola Rural, ou seja, não se pode mais admitir que eventualmente o pequeno agricultor seja impedido de acessar o crédito porque tem pendência de qualquer ordem, sob pena de serem tomadas as medidas judiciais cabíveis para reparar a discriminação que normalmente se faz contra os pequenos agricultores. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Neno Razuk.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente, deputado Renato Câmara, deputados Gerson Claro e Paulo Corrêa, quero começar com uma reclamação, haja vista que o Pequeno Expediente está sendo usado com discurso de até quinze minutos, prejudicando a nossa fala no Grande Expediente. Eu gostaria de pedir para a Mesa limitar o tempo dentro do que manda o Regimento, porque até aparte está sendo concedido e isso está muito errado. Cada um aqui tem a sua vez de falar, inclusive neste momento eu estou me sentindo prejudicado porque terei que repartir a fala com o deputado Zé Teixeira, por temos pouco tempo em função desse descumprimento do Regimento. Agora vou falar rapidamente sobre o projeto da pesca que tem causado muita polêmica. Sem dúvida esse é um projeto questionável, mas vale dizer que toda polêmica é boa, porque traz repercussão positiva e negativa, e isso é importante porque fará com que a gente possa criar uma legislação definitiva para o nosso estado, que tem duas Bacias, a do Rio Paraguai e a do Rio Paraná, cada uma com as suas diferenças, com suas espécies. Então, tem que haver mesmo uma discussão com todas as classes, com quem é contra, com quem é a favor, com quem quer, com quem não quer, para que haja mudanças necessárias, porque não tem como continuar como está. Nós temos muita coisa para tratar, como o tema das PCHs, dos venenos, das lavouras que prejudicam os nossos rios. Com relação à questão da proibição, eu sei que tem muito deputado que está analisando e alguns que eram favoráveis à lei agora estão pensando. Houve um abaixo-assinado com dez mil assinaturas, mas não foi levada em consideração a realidade do projeto; falou-se sobre a proibição da pesca, de não poder comer, não poder isso, não poder aquilo, mas não foi mostrado o que o projeto de fato representa. Na verdade houve

manipulação para se obter até dez mil assinaturas com o intuito de bater na gente. Todos os dias eu recebo críticas, sempre das pessoas que têm interesse, que querem denegrir e não preservar, só querem destruir. O mundo vem preservando, todos os países têm buscado a preservação, e aqui, por causa de interesses de alguns, nós vamos regredir, deixar que os nossos rios sejam destruídos? Eu tenho o maior carinho pelo nosso governador, respeito meu amigo Zeca, mas a Compesca me mandou um pedido de liberação do Dourado que estava sumindo, voltou para o rio e hoje é referência nacional, inclusive vem gente do Brasil inteiro pescar dourado no Mato Grosso do Sul. Mas não dá para liberar agora. Vamos liberar a comercialização do curimba? Liberar as nossas medidas? Não podemos. Tivemos uma seca, morreram milhares de matrizes presas nas baías, e agora a gente vai liberar? Todos nós sabemos que são as matrizes que repovoam, são elas que têm o DNA forte, que trazem a procriação para os nossos rios. Portanto, nós não podemos regredir. Estou sofrendo pressão, mas não vou ceder, e peço aos colegas para fazerem o mesmo. Esse abaixo-assinado com mais de dez mil assinaturas foi comandado por meia dúzia de pessoas que acham que são donas do rio, mas não são, o rio é patrimônio mundial. Não adianta, vocês podem não concordar, mas eu vou continuar nessa luta. A gente tem que fazer um estudo e aprovar essa lei, inclusive tem uma audiência pública já marcada, tentei uma composição, mas não querem, eles querem é destruir e não preservar. Eu pedi para fazer uma lei definitiva, e se o senhor também quer fazer uma lei definitiva, pode falar.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Permita-me um aparte, deputado?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Claro, com o maior prazer.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Dizia Sócrates que eu só sei que não sei nada. Eu sou um pescador do rio Paraguai, já amanheci pescando, eu e dona Gilda, sou pescador de jaú lá na foz do Apa. O Paulo Duarte sabe disso. Nós não conhecemos a realidade do estoque pesqueiro que tem no rio. Segura o seu projeto, retira, seja qual for o mecanismo legal, presidente, para que se possa fazer um grande debate em torno de quem tem interesse na pesca, seja ela amadora, esportiva ou profissional, para que ninguém seja prejudicado. Todos nós temos interesse na preservação do rio, mas isso não pode ser feito a toque de caixa, de cima para baixo, ouvindo uma parte da comunidade que tem interesse na questão da preservação, que todos nós temos, da natureza, do meio ambiente e dos nossos rios. Obrigado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Conceda-me um aparte, deputado.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Concedo sim, mas gostaria que fosse bem breve. É uma pena, porque essa discussão tem que ser ampla, democrática.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Obrigado. Quero cumprimentar Vossa Excelência pelo projeto e dizer que é a primeira vez que vejo a esquerda contra a preservação, aqui dentro desta Casa. Você vê que tem interesses próprios, são pescadores

e colônias que, na verdade, gostariam de ter o apoio do Seguro-Defeso se migrassem com a carteira de trabalho que é a maior vacina que tem de liberdade de qualquer segmento profissional, e vir trabalhar como guia de pesca. Então, nós precisamos, deputado Neno Razuk, na esteira do projeto de Vossa Excelência, avançar nesse projeto que institui uma garantia para que eles possam migrar, assim vão ganhar e preservar muito mais. Eu não entendo como nós podemos falar em estudo... Qual é a necessidade? Você não vê que aumentou o Dourado? Você não vê que aumentou o turista, que aumentou a arrecadação? Estudo de quê? Não é possível! O tema é muito interessante, Vossa Excelência sabe que eu sou um defensor ferrenho de se estabelecer uma política diversa do Mato Grosso. A lei que dividiu o nosso estado utilizou o rio para estabelecer o que ficava no Norte e no Sul, porque é irmão de bacia e não faz sentido ter uma legislação diferente, lá já está valendo. Então, nós temos que ser inteligentes e avançar. Para encerrar a minha fala, dizer que ali na região do distrito do Morumbi, houve uma grande discussão e o Imasul não deixou soltar peixe para repovoar. E o que é que fizeram? Soltaram vizinho ali, no Paraná, e correu para o mesmo lugar, porque é o mesmo rio. Então, não faz sentido não ter a mesma proteção legislativa. Nós estamos atrasados e não podemos retroceder um milímetro. Portanto, se o governo não atrapalhar chegar no Plenário, eu tenho certeza que esta Casa aprova o projeto com mais de dois terços. Parabéns pelo projeto.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Deputado, só um minutinho.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Pode falar, deputada.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Eu gostaria de dizer que ninguém mais do que a esquerda faz um debate sério sobre o meio ambiente, ninguém mais o que a esquerda faz um debate sério sobre a importância da ciência e da tecnologia no desenvolvimento de um estado, de um país, de uma nação, e todo mundo que discute a economia sabe da importância da ciência e da tecnologia na produção de políticas públicas. Nesse sentido, nós que somos da esquerda estamos pedindo há muito tempo para fazer um bom debate, com base na ciência, ouvindo especialistas que têm condição de nos dizer o que é certo, o que é errado, porque nós da política, e eu como professora da área de linguística, não estou habilitada para falar o que acontece no rio, eu preciso ouvir quem realmente está lá, quem conhece. Eu preciso ouvir o biólogo, eu preciso ouvir o químico, eu preciso ouvir quem entende realmente do meio ambiente. Então, o que nós estamos querendo fazer é um debate sério, técnico, com instituições responsáveis. Recentemente nós fizemos aqui um debate na comissão, a Frente Parlamentar da Pesca trouxe o Imasul que disse que não dá para se fazer pesquisa enquanto o peixe estiver proibido. Essa é avaliação técnica e não política. O que nós queremos é um debate técnico para a gente poder avançar. Eu tenho conversado com os pescadores e eles estão dizendo que se tiver uma avaliação técnica, eles também concordam com a proibição. Ninguém aqui está sendo contra, o que nós queremos é seriedade nesse debate e que o mesmo seja feito com base na ciência e na tecnologia. Obrigada.

DEPUTADO NENO RAZUK (PP) — O que eu vejo é que eu não estou de brincadeira, mesmo porque, como parlamentar, eu posso legislar pelo Meio Ambiente, e é isso que eu estou fazendo. Eu não estou entrando numa briga, mas acho que se esse projeto fosse apresentado pelo PT, não estaria tendo esse questionamento, mas como foi apresentado pelo PL, está aqui PT contra PL. Eu sou um deputado do PL e todo mundo que está vindo contrário e entrando nas redes sociais são pessoas da esquerda, e não estou vendo o PT lutando pelo Meio Ambiente, como fazem em outros lugares, infelizmente. Portanto, queiram vocês ou não, é uma necessidade, é uma realidade que vem acontecendo no mundo e tem que acontecer no Mato Grosso do Sul, nossos rios têm que ser preservados, precisam dessa preservação. Digo e repito: o rio não é de meia dúzia, o rio é patrimônio da humanidade. Eu vou fazer tudo que estiver ao meu alcance e espero que esta Casa tenha visão e coração para preservar os nossos rios para as futuras gerações. Obrigado, senhor presidente. Concedo o restante do tempo ao deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, é pela ordem ou é discurso?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — É pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Por gentileza.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Quero fazer uma proposição, senhor presidente. Está sentado ao lado de Vossa Excelência o presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa, e ninguém mais autorizado do que a Comissão e o seu presidente para abrir uma audiência pública, nesta Casa, e discutir o projeto com todos os segmentos. Só isso.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, talvez o senhor não tenha acompanhado, mas no dia 21 já está aprovada a audiência pública proposta pelo deputado Neno Razuk. Nós já ouvimos pescadores e conforme a gente tem dito, esta Casa tem dado exemplo de protagonismo no debate, porque não tem medo de ouvir e de discutir. Nós vamos ouvir todos os envolvidos neste tema e vamos buscar construir um consenso, e se não tiver, vai valer o poder da democracia: quem tiver mais voto. É assim que funciona aqui. Dizer para o deputado Neno que dia 21 o deputado Renato, que é o presidente da Comissão de Meio Ambiente, está encarregado de, em nome da Casa, elaborar os convites para trazer todas as instituições que fazem pesquisa, associação de pescadores, todos os envolvidos, o *trade* turístico, para debater. Lembrando que tem que ser uma coisa respeitosa, porque cada um tem uma opinião e não há necessidade de brigar por causa disso. Nós vamos tentar construir um consenso, mas se não tiver, nós vamos votar na divergência e fazer valer a democracia.



DEPUTADO ZECA DO PT (PT) - Só reforçar que não pode ser somente para os empresários do setor da pesca.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) - Eu acho que o senhor de novo não me ouviu, deputado. Na semana passada só estavam os pescadores, deputado.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) - As universidades devem estar aqui para opinar a respeito do assunto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) - Deputado, na semana passada teve uma agenda que só estavam os pescadores. Este espaço é aberto, aqui é a Casa da Democracia e vamos ouvir todo mundo. Queria registrar e agradecer a presença do senhor Tiago Monteiro, vice-prefeito do município de Jardim; o Daniel Esquivel, vereador do município de Maracaju; o Josias Carvalho, vereador do município de Naviraí; o André Ricardo, vereador do município de Naviraí; o Gilberto Segovia, vereador do município de Caarapó; e o Clenilson Francisco, vereador do município de Caarapó. Está encerrado o Grande Expediente. Fazendo um alerta aos senhores deputados que nós já estamos coletando assinaturas, indicações das comissões, mantendo as do ano passado e algumas articulações, bem poucas, com algumas mudanças.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) - Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) - Pela ordem, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) - Só para enaltecer a assinatura que aconteceu a semana passada do Fundo do Pantanal. O governador já inicia o Fundo do Pantanal com mais de quarenta milhões que serão destinados principalmente à sustentabilidade e ao pagamento de serviços ambientais. Esse é um passo gigante na história da preservação do Pantanal, e todas as ações que serão desenvolvidas no Pantanal serão lançadas em março. A regulamentação para agora remunerar todos os produtores e também as pessoas que promoverem a sustentabilidade do Pantanal, já foi assinada. Eu representei esta Casa e o governador encaminhou um grande abraço a todos os deputados que fizeram essa discussão da Lei do Pantanal aqui na Assembleia Legislativa. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o primeiro-secretário sobre o quórum para deliberação.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Há quórum para deliberação, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) - Item 1. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 0113/2024. Autor: deputado Paulo Duarte. "Acrescenta

dispositivo à Lei nº 2.656, de 06 de agosto de 2003, que cria o Programa Educacional de Incentivo à Doação de Sangue no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências". O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, com emenda integral e emenda modificativa, foi favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 0113/2024, de autoria do deputado Paulo Duarte.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.



DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda. Registramos e agradecemos a presença do senhor Patrick Ribas, vereador de Maracaju. Item 2. Em discussão única. Três requerimentos, quinze indicações e uma moção de congratulação. Quero deixar registrado, deputado Antonio Vaz, que um requerimento de vossa autoria foi retirado de pauta porque já está constituída a Comissão do Regimento Interno que vai votar o mérito da criação da Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 3. Moções de pesar. Moção de pesar, proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do senhor João Carlos Lima Moreira. Moção de pesar, proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento da senhora Marta Dirson. Moção de pesar, proposta pelo deputado Paulo Corrêa, em razão do falecimento da senhora Jovilia Ferreira de Freitas. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, amanhã vou entrar com um requerimento para que a Comissão de Meio Ambiente realize, no mais curto espaço de tempo possível, uma audiência para debater a problemática do eucalipto e do esgotamento hídrico das nascentes da região do Bolsão. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência disporá de dez minutos para seu pronunciamento. Senhores deputados, lembrando que na semana que vem as comissões permanentes irão votar alguns projetos, inclusive a revisão do projeto que trata do Imasul, votar a constitucionalidade e a reestruturação de carreiras, haja vista que esse é um importante projeto para esta Casa. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — (sem revisão do orador) — Senhor presidente, senhores deputados, eu gostaria de utilizar as Explicações Pessoais para fazer um contraponto sobre a fala do deputado João Henrique, ontem, durante a Sessão Ordinária. Eu acho que a gente tem que ter muito cuidado, agir com muita responsabilidade ao expor publicamente uma pessoa, um profissional, sem procurar saber direito daquilo que nós estamos falando e da história de vida da pessoa. No meu entendimento, o deputado João Henrique fez aqui um discurso enviesado, inadequado, que expôs e atacou publicamente a professora e artista M. Santos, uma mulher trans, profissional de educação e servidora pública. É muito temeroso expor uma pessoa, inclusive com vídeo, com imagem, sem conhecer de fato o que ela está fazendo, sem saber quem é essa pessoa, o que ela faz na vida, qual é a sua história. A professora Emy Santos, assim como tantas outras professoras da sua escola que atuam na educação infantil, preparou a recepção dos seus alunos com ludicidade, com festa, tornando aquele primeiro dia de aula um dia de acolhimento, na verdade uma ação pedagógica pensada pelas professoras, uma ação pedagógica responsável, acolhedora, que foi distorcida e transformada, nesta Casa, em uma falsa narrativa de cunho moralista. Eu penso que esses discursos moralistas, muitas vezes, acabam cometendo grandes injustiças que precisam ser reparadas. Eu recebi inúmeras manifestações de amigos da professora Emy Santos, de pessoas que conhecem o seu trabalho e que ficaram indignadas, deputado João Henrique, com a sua fala. Portanto eu quero dizer que o comportamento de Vossa Excelência é no mínimo perigoso, senão criminoso, porque esse discurso de ódio a pretexto de proteger as crianças, entre aspas, reforça o preconceito estrutural na sociedade. Existe um preconceito e uma desinformação com relação às pessoas transexuais, que na verdade contribui para aumentar ainda mais os números alarmantes de violência contra pessoas LGBTQ+, já que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo. Portanto, um discurso desse pode reforçar esse preconceito e fazer aumentar ainda mais o discurso de ódio e as ações violentas contra essas pessoas, e se nós estivermos realmente preocupados em proteger as crianças e adolescentes do abuso sexual, preocupados em promover uma boa formação ética e educação dessas crianças, nós temos que nos preocupar com os elevados...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Conceda-me um aparte, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Concederei o aparte porque na democracia nós temos que ouvir os dois lados. O que eu estava dizendo é que se nós estamos realmente preocupados com a formação, com a boa educação das nossas crianças, com a formação ética, nós temos que nos preocupar com os elevados índices de abuso infantil que ocorrem dentro das casas, no interior das famílias, cometidos pelos pais,

padrastos, irmãos mais velhos das crianças, e muitas vezes por pessoas consideradas de bem, cristãs, defensoras da família. Basta a gente olhar as estatísticas para ver a quantidade de casos de abuso sexual, de violência, cometidos contra as crianças dentro das suas casas, no interior das suas famílias. Eu queria fazer aqui um apelo ao deputado João Henrique, extensivo a todos os nobres colegas deputados, para que a gente tomasse mais cuidado da próxima vez para não expor as pessoas, visto que aqui já aconteceu também no ano passado, se não me engano, denúncia do ex-deputado Rafael Tavares sobre uma professora da Escola Joaquim Murinho, sem antes ter conhecimento do que realmente ela fez, inclusive ela esteve aqui, posteriormente, com depressão e muito abalada por conta da sua imagem ter sido exposta...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Permita-me um aparte, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Então, a professora Emy é uma professora trans, que tem que ser respeitada na sua identidade de gênero como mulher, porque identidade de gênero é muito diferente de sexo biológico, é uma questão interior, pessoal, a pessoa nasceu com o sexo biológico, com os órgãos genitais masculinos, mas se sente uma mulher e tem que ser considerada e respeitada como tal. Na sua escola ela é respeitada como professora e como uma artista que fez uma performance junto com outros professores para recepcionar os alunos no primeiro dia de aula. Eu recebi manifestações de pessoas ligadas à cultura, ao teatro, falando disso. Então, assim, deputado, eu não concordo que na escola haja atividades que possam colocar crianças em situação de constrangimento, ou que possam distorcer uma formação, de forma alguma, mas não foi o caso desta professora. Portanto, eu só estou fazendo esse apelo para que a gente tenha cuidado, porque de repente podemos expor uma pessoa até de forma injusta, de fato a gente precisa conhecer melhor o que está por trás dessa situação. Concedo-lhe o aparte.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Deputado Pedro Kemp, na esteira do que Vossa Excelência está falando, apenas para fazer um registro. Eu não expus em momento nenhum, quem expôs foi a rede social intitulada afro, eu acho que é a rede do professor, da professora, vamos respeitar o gênero que ela quer ser chamada, mas quem expôs foi ela as crianças. Quem não restringiu a imagem das crianças foi ela. A imagem quando é disponibilizada na rede mundial de computadores, ela se torna, por lei, de domínio público. Segundo ponto, não há preconceito nenhum de minha parte, eu sou o deputado que propus um projeto de lei para que os homossexuais possam doar sangue para os seus maridos, companheiros, caso necessário, e Vossa Excelência sabe o esforço que foi feito na Secretaria de Saúde, por preconceito, para barrar esse projeto aqui. Então, aquilo que é efetivo, nós temos que avançar e caminhar, não há preconceito nenhum. Qual é o meu grande questionamento? Eu não gostaria, independentemente do gênero, que um professor fosse receber um aluno ou algum familiar meu com um traje inadequado. Se fosse uma mulher vestindo um traje inadequado, ela sofreria a mesma reprimenda por parte deste parlamentar. O questionamento que fiz é de conteúdo puramente jurídico. Houve aprovação da comunidade escolar? Estava no plano de ensino? Os pais autorizaram aquela performance? Foi autorizada pela pelos diretores a utilização da imagem dos alunos

menores de seis, sete anos, nas redes do professor? Foi utilizado com consentimento dos pais aquele bilhete que é mandado em escola particular ou pública? Foram esses os questionamentos que fiz. Então, caso haja alguma transgressão à norma jurídica que é aprovada por esta Casa e pelo Parlamento Federal, que seja apurada adequadamente. Apenas para deixar claro que nos questionamentos que fiz não há nenhum preconceito, há respeito. Então, se o professor... Se a professora se sente mulher, tem que respeitar quem se sente incomodado e não gostaria de ver aquela performance no primeiro dia de aula letiva dos filhos naquela faixa etária. Obrigado pelo aparte. Apenas para fazer justiça a minha fala.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — A minha fala é no sentido de a gente trabalhar o respeito a todas as pessoas. Eu digo isso como psicólogo inclusive. Na semana passada, eu fiz uma palestra sobre identidade de gênero numa instituição e disse para as pessoas que o melhor tratamento para quem não consegue conviver com a diversidade é conversar com as pessoas. Conversa com uma pessoa transexual, pede para ela contar sua história de vida, dizer o que ela já vivenciou, o que ela já passou de preconceito dentro de casa. Algumas chegam até a ser expulsas de casa porque não têm o direito de ser elas mesmas e respeitadas na sua dignidade, como pessoa. Elas nos dizem assim: "Nós só queremos que a sociedade nos aceite como seres humanos. Nós somos diferentes da maioria, mas não queremos fazer mal para ninguém, nós queremos buscar a nossa felicidade com o nosso jeito de ser". Então, assim, eu sei que na cabeça de muitas pessoas é difícil entender uma pessoa transexual, um travesti, mas nós precisamos fazer esse esforço. A melhor forma de combater o preconceito é ir lá e conversar com as pessoas, entender o seu modo de ser, ter uma relação empática com elas, se colocar no lugar delas para tentar entender o que elas já viveram, passaram e sentiram na sua pele. Eu só estou fazendo aqui, deputado Zé Teixeira, um apelo para que quando fizermos alguma colocação sobre as pessoas, procurarmos não expô-las publicamente, porque elas sofrem com isso e passam por situações muito constrangedoras. Antes de fazer isso, deveria ter sido perguntado para a diretora da escola como foi essa atividade, se foi autorizada, se causou algum escândalo, e se as crianças reagiram. Não aconteceu nada disso. Eu só estou fazendo esse apelo para a gente tentar viver numa sociedade de respeito uns com os outros...

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Deputado Pedro Kemp, Vossa Excelência está falando como parlamentar e como professor de Psicologia. É muito difícil... O que eu notei ontem, assistindo à Sessão on-line, é que o que discutiram aqui foi o traje que a pessoa estava usando, nem estava se discutindo se a pessoa é isso ou aquilo. Quando Vossa Excelência coloca que muitas pessoas foram expulsas de casa por isso, na minha visão, é por falta de amor, porque nós que passamos pela vida devemos aceitar os nossos descendentes como Deus nos entrega, porque não somos dono da vida, quem é o dono da vida é um Ser muito superior. Eu acho que a discussão de ontem foi só sobre o traje que a pessoa estava usando na sala de aula, não se ela é isso ou aquilo. O fato é que ela é muito benquista na sala de aula. Tem um jogador do Corinthians, o Nei, que trança o cabelo e amarra atrás, e todos os meninos de três, quatro, cinco anos estão indo trançar o

cabelo. É impressionante como a criança tem a facilidade de copiar. Nós passamos pela vida... Eu já perdi minha mãe, já perdi meu pai, mas sei perfeitamente que nós somos aquilo que levamos de exemplo na infância. Agora, eu não achei o traje da pessoa exagerado, achei muito mais exagerado o fato de um professor da Universidade Federal de Pernambuco dar aula pelado, sem nenhuma vestimenta, balançando o chocalho. Eu achei isso muito mais deprimente do que a roupa que a professora estava usando. Quero dizer a Vossa Excelência que estou muito grato em fazer esse aparte a um deputado amigo e psicólogo.

DEPUTADO PREDRO KEMP (PT) — Muito obrigado, deputado. Inclusive eu quero dizer que também vi o vídeo desse professor pelado e achei, no mínimo, ridículo, achei uma agressão, não concordo, acho um despropósito uma pessoa fazer aquilo numa universidade. Podem falar que é uma performance, que é uma questão cultural, mas achei agressivo e ridículo o que ele fez. Agora, não é o caso dessa professora que estamos citando aqui, assim como outras professoras que também fizeram atividades lúdicas para receber os alunos no primeiro dia de aula. Eu só tenho medo do discurso de ódio, deputada Lia, eu só tenho receio desse incentivo para que as pessoas sejam discriminadas, sejam agredidas, ou até mortas pelo fato de serem pessoas diferentes. Então, acho que a gente tem que conviver com a diferença na sociedade, e como disse o deputado Zé Teixeira, tratar as pessoas com o mínimo de respeito e amor, mesmo porque se faltar isso na sociedade a gente vira um bando de animais, um tentando comer o pé do outro, e isso não leva a lugar nenhum. É essa reflexão que eu queria fazer, não vamos expor as pessoas sem antes conhecê-las e conhecer a sua história, o seu trabalho. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — sem revisão da oradora — Presidente, na fala do deputado Pedro Kemp o debate foi acalorado e não sobrou tempo, mas eu queria me manifestar. Na fala de ontem, a gente percebeu nitidamente o preconceito às pessoas trans. As palavras utilizadas aqui foram de que havia pornografia, quando a pessoa estava decentemente vestida, de absurdo, de que era um ato criminoso, e em nenhum momento foi falado sobre a exposição da criança, inclusive a criança foi exposta aqui, mais uma vez. Então, não vamos distorcer o assunto, pois o que houve aqui, ontem, foi realmente uma fala extremamente transfóbica, homofóbica e que estimula o ódio. Eu sou de Dourados e me lembro que quando eu ainda era adolescente, houve uma chacina na cidade e doze meninas trans foram assassinadas porque havia uma pessoa que simplesmente as odiava. Discursos como esse no espaço político, no espaço de poder, como é a Assembleia, estimula essas pessoas a saírem por aí cometendo esses crimes. Então, nós temos que ter aqui muita responsabilidade com o nosso discurso na Assembleia Legislativa. Essa é uma preocupação que eu tenho. Eu estava conversando com a Lu Barreto, que está aqui nos visitando hoje, que é mãe de um homem gay e de uma mulher lésbica, e ela me disse que, como mãe, o maior medo é do que pode acontecer com o filho e com a filha que saem à rua, que vão trabalhar, porque nunca se sabe como eles vão voltar. Nós temos que ter uma

sociedade que respeite as pessoas e esse espaço é um espaço de promoção de igualdade e de respeito. Portanto, com relação ao que aconteceu aqui ontem, não podemos nos silenciar, temos, sim, que nos manifestar contra e chamar toda a sociedade para esse debate, para fortalecer a vida das pessoas. O único crime que a professora cometeu foi o de existir, porque para essas pessoas é negado esse direito. O Mato Grosso do Sul é um dos estados que mais mata mulheres trans pela não aceitação da existência delas. Eu também queria fazer uma outra reflexão: se fosse uma mulher vestida de homem, teria tanta polêmica? Todo mundo estaria com esse desespero? O que nós temos aqui com esse discurso, além de uma transfobia, é um machismo extremamente colocado, porque fala-se de mulheres, sobre a vida das mulheres, mesmo porque são as mulheres que morrem no estado de Mato Grosso do Sul, são as mulheres trans, então estamos falando das mulheres. Eu acho que nós precisamos fortalecer esse debate, discutir aqui na Assembleia Legislativa, mas no sentido de garantir a existência das mulheres cis, das mulheres trans, e garantir o respeito. Isso é fundamental! Eu não podia deixar de estar aqui para dizer isso. Eu vi pelas mídias também que a Secretaria de Estado de Educação já respondeu dizendo que fantasias, roupas diferentes, são usadas como recurso pedagógico. Portanto, quem entende de educação sabe que nada demais aconteceu naquela escola. Não tem sentido a gente ficar trazendo para dentro da Assembleia debates de quem não conhece o espaço educacional, debates extremamente homofóbicos de quem não conhece a necessidade da existência das pessoas, lembrando que essa não é a primeira vez que enfrentamos discursos que colocam em risco a vida das pessoas. A professora do ano passado passou por isso. Também tivemos uma situação, se não me engano, na cidade de Eldorado, onde os professores também foram expostos aqui, inclusive colocaram nomes e imagens. A Assembleia Legislativa precisa refletir e a Mesa Diretora precisa tomar providências com relação a isso, fazer uma discussão, porque nós não podemos ficar expondo e colocando em risco a vida e a segurança das pessoas aqui. Eu acho que esse é um debate que a gente precisa fazer na Assembleia Legislativa. Quero dizer também que o discurso de ontem foi extremamente carregado de homofobia, a todo momento foi negada a identidade de gênero da professora, foi negada a sua identidade, e em todo momento o deputado falou dela como se fosse um homem, mas é uma mulher. A identidade de gênero é essa, ela tem o direito legal de ser chamada de mulher e nós não podemos negar esse direito. Então, no discurso de ontem houve, sim, crime de homofobia, houve, sim, crime de racismo que é comparado ao crime de homofobia. Eu acho que isso precisa ser levado em consideração. Eu queria também trazer um outro debate que foi colocado aqui hoje na pauta da Assembleia que é dos pescadores. Nós estamos debatendo uma pauta extremamente séria, no Estado do Mato Grosso do Sul, e vamos iniciar essa discussão aqui na Casa, mas quero colocar também a importância de a gente discutir o porquê os nossos rios estão secos. Todo mundo quer proibir a pesca do peixe, dizendo que o peixe está sumindo, mas como é que vai ter peixe se não tem rio? Como é que vai ter peixe para pescar se os rios estão secando? Como o peixe vai viver com rio cheio de veneno, todo contaminado? Então nós vamos ter que colocar nessa pauta de debate também a qualidade da água, a necessidade de ter rios com condição desses peixes sobreviverem, porque o rio que está contaminado não dá condição de sobrevivência aos peixes. Eu não sou pescadora, mas tenho conversado com quem conhece esse processo e tenho recebido denúncias de que o



pesque-solte tem sido extremamente violento contra os peixes. Têm várias imagens de uma política que se defende aqui no Estado de Mato Grosso do Sul e que não protege o meio ambiente, que não protege o peixe. Então acho que todos esses sistemas têm que vir para essa pauta, têm que vir para esse debate, porque não é proibindo que a gente vai resolver, é fazendo um debate sério, com análise técnica de quem conhece esse processo. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão. Em tempo, gostaria de registrar e agradecer a presença do meu amigo Daniel Esquivel, vereador do município de Maracaju, e do doutor Andrew Robalinho, defensor-público e vereador do município de Paranaíba. Está encerrada a Sessão (11h37min).